

A CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: a atuação chinesa na Antártica

SCIENCE AS A POWER INSTRUMENT: China's Role in Antarctica

LA CIENCIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: la acción china en la Antártida

Giulia Santos Souza¹
Isabella Bastos Silva da Cruz²
Lucas Henrique de Oliveira Silva³
Nayra Maria Campos Gomes⁴

RESUMO

A partir da assinatura do Tratado da Antártica em 1983, a China se empenhou em estabelecer e intensificar sua atuação na região polar. Um dos maiores investimentos econômicos realizados consistem no Programa Científico Antártico Chinês, que tem se desenvolvido amplamente desde sua fundação. A atuação chinesa na Antártica, porém, pode ser entendida como um eficaz mecanismo de projeção de poder. A partir do conceito de *soft power* de Joseph Nye e de *smart power* de Wilson, o presente artigo irá analisar o processo de evolução da China na Antártica, desde a criação do tratado até os dias atuais de forma a entender como seu programa científico atua como instrumento de poder.

Palavras-chave: China, Tratado da Antártica, Programa Científico Antártico Chinês, *soft power*, *smart power*.

ABSTRACT

Since signing the Antarctic Treaty in 1983, China has endeavored to establish and intensify its activities in the polar region. One of the largest economic investments made consists of the Chinese Antarctic Science Program, which has developed extensively since its foundation. Chinese activities in Antarctica, however, can be understood as an effective mechanism of power projection. Based on Joseph Nye's concept of soft power, and Wilson's of smart power, this article will analyze the process of China's evolution in Antarctica, from the creation of the treaty to the present day, in order to understand how its scientific program acts as an instrument of power.

Keywords: China, Antarctic Treaty, Chinese Antarctic Science Program, soft power, smart power.

1. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: giulia160698@gmail.com
2. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: isabellabsc@hotmail.com
3. Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: lucashenriqueolivs@gmail.com
4. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: nacgomess@gmail.com

RESUMEN

Desde la firma del Tratado Antártico en 1983, China se ha esforzado por establecer e intensificar sus actividades en la región polar. Una de las mayores inversiones económicas realizadas consiste en el Programa Científico Antártico Chino, que se ha desarrollado ampliamente desde su fundación. Sin embargo, la acción china en la Antártida puede entenderse como un

mecanismo eficaz de proyección de poder. Basándose en el concepto de *soft power* de Joseph Nye y *smart power* de Wilson, este artículo analizará el proceso de evolución de China en la Antártida, desde la creación del tratado hasta la actualidad, para entender cómo su programa científico actúa como instrumento de poder.

Palabras clave: China, Tratado Antártico, Programa Científico Antártico Chino, *soft power*, *smart power*.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma análise sobre a atuação chinesa no território antártico. Dessa maneira, será feita uma exposição quanto à inserção da China nas pesquisas no continente antes e depois da adesão do país ao Tratado da Antártica.

Para tanto, na primeira parte da pesquisa será realizada uma discussão teórica. A exposição do conceito desenvolvido por Joseph Nye (2004) de *soft power* e Wilson (2008) de *smart power* se insere ao possibilitar uma análise a respeito do Tratado da Antártica e os ganhos obtidos por sua adesão. Dessa forma, serão apontados os fatores reputacionais que podem ser adquiridos pelo Estado Chinês ao se tornar signatário do Tratado e o estabelecimento de um novo mecanismo de poder ao realizar grandes investimentos em pesquisas científicas e aumentar seu posicionamento local.

Em um segundo momento, será exposta uma breve discussão sobre o Tratado da Antártica, sua construção e motivações, assim como a adesão chinesa em 1983. Essa seção se mostra relevante por apresentar um contexto de formação e propósitos da política internacional do continente do que serão analisados posteriormente.

Após isso, será discutida a atuação chinesa no território. A China já havia demonstrado interesse em aderir ao tratado quando ele estava sendo desenvolvido, entretanto, por motivos políticos o mesmo não se concretizou. Alguns anos depois, ao institucionalizar um programa de pesquisas antárticas nacional, ela aderiu ao tratado em 1983, se tornando um membro consultivo. Na terceira seção deste artigo, portanto, será abordado justamente esse desenvolvimento histórico do investimento sínico no local.

Por fim, faremos uma exposição sobre o Programa Científico Chinês e suas pesquisas desenvolvidas no território antártico na atualidade. Desde que se tornou signatária do Tratado, a China se mostrou interessada em aprofundar sua atividade e atuar de forma ali partici-

pativa no local. Neste momento será exposto um breve histórico de sua participação. Por meio do discorrido, busca-se, portanto, entender o seguinte questionamento: como foi concebido o Programa Científico Antártico Chinês e como se desenvolveram seus investimentos nos anos posteriores à 1983, ano de adesão do país ao tratado?

2 DISCUSSÃO TEÓRICA: SOFT POWER E SMART POWER

Poder é um conceito amplamente discutido nas Relações Internacionais desde a concepção desse campo de estudos. Isso se dá pela razão dele ser um fator condicionante na construção da política externa de cada Estado. As mais diversas teorias, tanto positivistas, quanto pós-positivistas, buscam compreender de que forma essa variável afeta os atores, suas respectivas tomadas de decisões, e as estruturas e instituições globais.

De acordo com Nye (2004), há uma certa complexidade na discussão de poder devido à existência de diversas definições para a palavra. A mais generalizada que se tem é que “... poder é a capacidade de fazer as coisas” (NYE, 2004, p. 1, tradução nossa)⁵. Percebe-se que, neste contexto, poder representa quando um indivíduo, para alcançar o resultado desejado, influencia as ações dos outros. O problema desse conceito é o fato de não deixar claro o que é necessário para instigar um comportamento específico de um indivíduo. A partir disso, é difícil mensurar quando alguém tem poder, pois, na realidade, a detenção de poder por parte de uma pessoa depende do contexto em que ela se insere. Assim, não se tem poder em todas as situações possíveis (NYE, 2004).

Uma questão importante levantada por Nye é o fato de que nem sempre é possível saber como alguém responderá na ausência de um comando. Além disso, é possível que um indivíduo tenha um resultado desejado mesmo sem ordenar um comportamento específico de outra pessoa. Assim, é possível influenciar a conduta de alguém mesmo sem ter poder de fato. Percebe-se, com isso, que o conceito demonstrado anteriormente não é infalível (NYE, 2004).

Uma segunda definição de poder é “... a posse de capacidades ou recursos que podem influenciar os resultados” (NYE, 2004, p. 3, tradução nossa)⁶. Muitos preferem esse conceito, pois torna o po-

5. ... power is the capacity to do things.

6. ... the possession of capabilities or resources that can influence outcomes.

der em algo mensurável e previsível, mas isso não faz com que essa definição seja infalível. O motivo disso é que em certos casos o ator que tem mais recurso não consegue o resultado desejável. O motivo para isso é que para você transformar recursos em poder é necessário boas estratégias e uma liderança hábil e isso nem sempre é a realidade (NYE, 2004).

Os recursos entendidos como essenciais para ter poder varia dependendo do contexto, assim, não se pode dizer que há um recurso essencial para obter poder. Além disso, isso significa que para entender o ator que tem poder é necessário analisar a conjuntura, em que o jogo está ocorrendo, e os valores dos diferentes recursos. Quando se fala de analisar a agenda da política mundial, há uma certa complexidade, pois cada ator atua em três diferentes dimensões - militar, econômico e transnacional. A última esfera se refere a problemas como terrorismo, crime internacional, mudança climática e propagação de doenças infecciosas. Cada uma dessas dimensões possui uma relação de poder diferente. O problema é que muitos políticos ignoram isso e focam nos recursos militares e ao ignorar as outras duas esferas ele não se organiza para obter *soft power* (NYE, 2004).

Dessa maneira, se insere uma nova forma de poder presente entre os agentes em que, diferentemente do *hard power*, poder baseado na utilização da capacidade militar para coagir um ator a fazer o que é desejado, essa nova forma supracitada age de forma a atrair o outro a realizar alguma ação almejada sem que seja necessário o poder coercitivo (NYE, 2004). Dessa forma, o *soft power*

É a habilidade de conseguir o que você quer através da atração, em vez de coerção ou pagamentos. Ela surge da atratividade da cultura de um país, ideais políticos e políticas. Quando as nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, o nosso *soft power* é reforçado. (NYE, 2004, p. 10, tradução nossa)⁷

Soft power, apesar de abranger em sua atuação a influência que um Estado possa possuir em outro, não deve ser compreendida apenas com essa restrição. A influência também se faz presente no poder coercitivo, uma vez que a existência de dívidas ou um grande poder militar afeta a posição de um ator em relação a outro Estado. Além de

7. When you can get others to admire your ideals and to want what you want, you do not have to spend as much on sticks and carrots to move them in your direction. Seduction is always more effective than coercion, and many values like democracy, human rights, and individual opportunities are deeply seductive.

uma mera influência ou persuasão de um agente, o *soft power* abrange uma especificidade de atração que impacta outros Estados de modo a agirem em conformidade com suas ações (NYE, 2004).

Outro ponto válido de destaque se refere ao poder cooperativo que o *soft power* possui. Como supracitado, é um maior dispêndio financeiro para uma nação a solução de questões internacionais com o uso de *hard power*. O uso do poder bélico se tornou um meio utilizado apenas em questões extremas, dado seus custos de implicação para os Estados. Portanto as nações tendem a realizar ações não militares para a resolução de problemas internacionais. O uso da não-violência atua como uma solução mais eficiente e menos custosa para as relações internacionais como um todo. O *soft power*, portanto, influencia a cooperação como uma primeira saída, antes do uso da coerção (NYE, 2004).

O presente artigo trabalha com a definição de que poder seria “possuir a habilidade de influenciar o outro a agir de forma que ele não agiria” (WILSON, 2008, p.114, tradução nossa⁸). Nessa perspectiva, existem duas maneiras pela qual é possível exercê-lo: o *hard power*, ligado à teoria realista, que está diretamente relacionado à possibilidade de coerção por meio de capacidades militares e econômicas; e o *soft power*, ligado às teorias liberais, que se refere ao potencial de convencimento por intermédio de influência cultural e/ou ideais políticos (WILSON, 2008; NYE 2004). Ambos conceitos são de grande utilidade nos estudos da política internacional, entretanto, possuem suas próprias limitações.

Nenhum Estado define sua política externa com em termos exclusivos de *soft power* ou *hard power*. As tomadas de decisões não têm como base apenas a possibilidade de coerção ou o potencial de convencimento. Na realidade ambos são simultaneamente considerados para tal.

Não existe um Ministério de Hard Power e nem um único Departamento de Soft Power. [...] Em todos os países, no mundo da política pública, os poderes de coagir e os poderes de persuadir estão espalhados por uma variedade de agências (WILSON, 2008, p.117, tradução nossa⁹).

8. “[...] having the ability to influence another to act in ways in which that entity would have acted otherwise”.

9. “There is neither one Ministry of Hard Power nor a single Department of Soft Power Affairs. [...] In all countries, in real world of public policy, the powers to coerce and the powers to persuade are spread across a variety of agencies”.

A partir disso, Wilson (2008) concebe o referencial teórico utilizado no presente artigo: o *smart power*. Teria-se, portanto, a fusão de mecanismos de persuasão e coerção para a construção de uma política externa única. Avalia-se que nenhuma ação estatal possui causas e consequências abarcadas unicamente em apenas *soft power* ou apenas *hard power*. Na realidade, ambas vertentes são ponderadas para a formulação de uma política pública. Nesse sentido, o conceito desenvolvido por Wilson não se estabelece como uma dicotomia, ou uma terceira via que se opõe aos outros dois, mas sim que, na realidade, ponderações sobre ambos são importantes para que tomadas de decisão sigam um padrão racional.

3 O TRATADO DA ANTÁRTICA E A ADESÃO CHINESA

A Antártica foi o último dos seis continentes a ser descoberto pela humanidade. Localizada no extremo sul do globo, ela possui 14,2 milhões de quilômetros quadrados, sendo cerca de 98% desse território coberto por gelo. Em consequência dessas particularidades geográficas, o local é o mais seco, frio e ventoso do Planeta. Isso faz com que lá não tenha nativos e torna as condições e possibilidades de vida humana insustentáveis sem uma logística própria e um suporte tecnológico específico (ANDRADE et al, 2018).

Atualmente o continente é administrado por um regime internacional que o configura como uma *terra nullius*¹⁰, o que faz com que as atividades desenvolvidas ali sejam predominantemente voltadas para exercício da ciência e da paz. Entretanto, nem sempre esse cenário foi a realidade. Durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, vários Estados exploravam os recursos naturais¹¹ locais de maneira desordenada, já que nenhum ator era formalmente soberano sobre a Antártica. Posteriormente, no decorrer desse período, sete atores reivindicaram soberania sobre diferentes setores do continente, já que viram ali, além de potencialidades econômicas na extração de produtos comerciais, também vantagens geoestratégicas¹² (SAMPAIO, 2017).

Assim, respectivamente, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, França, Noruega, Chile e Argentina passaram a disputar por legiti-

10. Do latim, “terra que não pertence a ninguém”.

11. Majoritariamente são a atividade baleeira, pesca e minerais.

12. Pelo fato da Antártica dispor de um fácil acesso aos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico; e à África, Oceania e América do Sul.

dade em suas reivindicações por soberania no continente. Além delas, também estavam envolvidos nesse conflito os Estados Unidos e União Soviética, que apesar de não pleitearem por nenhuma região específica do Polo Sul, fizeram o que eles chamam de “reservas”, ao afirmar que caso em algum momento no futuro eles possuíssem interesse em realizar um pleito, eles teriam tal direito (SAMPAIO, 2017).

Tal impasse só foi solucionado em 1959¹³, quando foi elaborado Tratado da Antártica (TA), que suspendeu todas as demandas por soberania por um prazo de trinta anos. É importante ressaltar que essas reivindicações não foram canceladas, mas sim congeladas para serem solucionadas após o tempo proposto. Tal decisão foi tomada, em certa medida, porque eles não conseguiam entrar em um consenso acerca da legitimidade do pleito de cada um e, sucessivamente, a escalada de conflito apenas aumentava (SAMPAIO, 2017). Assim, entre outras coisas, o Tratado definiu que

1. A Antártida será utilizada somente para fins pacíficos. Serão proibidas, inter alia, quaisquer medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas.
2. O presente Tratado não impedirá o uso de pessoal ou equipamento militar para pesquisa científica ou para qualquer outro propósito pacífico. I (ANTARCTIC TREATY., 1959, p. 1 tradução nossa).¹⁴

Ao fim do prazo de 30 anos estabelecido, em 1991 o acordo foi renovado pelas partes que o compunham por mais 50 anos, o que prolongou sua validade até 2041. Além disso, outros documentos também foram anexados ao TA com o decorrer do tempo, como o Protocolo de Madri de 1998 que buscava prover uma proteção ambiental mais rígida para a Antártica; e a Convenção sobre Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), que buscava regularizar a pesca e a captura de seres vivos no Oceano Austral. Assim, apesar de não existir nenhuma organização internacional específica para o cuidado de assuntos relativos ao continente, hoje se tem o que

13. Que entrou em vigor apenas em 1961 devido ao seu processo de ratificação.

14. 1. Antarctica shall be used for peaceful purposes only. There shall be prohibited, inter alia, any measures of a military nature, such as the establishment of military bases and fortifications, the carrying out of military maneuvers, as well as the testing of any type of weapons.

2. The present Treaty shall not prevent the use of military personnel or equipment for scientific research or for any other peaceful purpose.

é chamado de Sistema do Tratado Antártico (STA), que é esse conjunto de aparatos e mecanismos criados com o objetivo de realizar a manutenção e mantimento do regime (SAMPAIO, 2017).

Portanto, atualmente existem uma série de organizações internacionais e estatais que buscam coordenar a atividade científica no continente e horizontalizar o acesso à pesquisa no local. Além disso, no âmbito político, anualmente é realizada uma conferência que leva o nome de Reunião Consultiva do Tratado Antártico (RCTA), em que os representantes estatais de cada parte do TA se encontram para discutir as novas problemáticas e necessidades relacionadas ao continente que surgem com o passar do tempo e, caso haja necessidade, tentar estabelecer soluções (SAMPAIO, 2017).

Um ponto importante de se destacar é que o artigo IX do Tratado da Antártica permite que membros consultivos possam participar das RCTAs como ouvintes e conferencistas, apesar de não possuírem poder decisório (ANTARCTIC TREATY., 1959, p. 1). Desde 1959, 42 países além dos 12 primeiros signatários assinaram o documento, sendo um deles o mais pertinente para o decorrer do presente artigo: a China.

O Estado asiático aderiu ao TA em 1983. Alguns anos atrás, antes mesmo da assinatura do documento em 1959, a China já dispunha certo interesse em se projetar no continente e desejava realizar expedições ao local, entretanto, o governo não possuía orçamento suficiente para o investimento científico e também havia um impedimento por parte da influência dos Estados Unidos, que evitava ao máximo o envolvimento de países comunistas com o Polo Sul (AGUIAR; MATTOS, 2018).

Esse cenário só veio a sofrer alterações nas décadas de 1960 e 1970, por dois principais fatores: a criação da Administração Estatal Oceânica, em 1964, que desprendeu diversos esforços na organização de expedições polares; e uma reaproximação com os Estados Unidos e afastamento com a União Soviética em 1970. A partir disso, a China necessitou reformular sua política externa e acabou assumindo uma postura mais multilateral, quando buscou integrar a organizações internacionais - como a própria ONU e o CSNU - e regimes - como o Antártico. Essa presença no Polo Sul poderia ter sido mais forte, entretanto, a Revolução Cultural de 1966-1976 acabou por desvalorizar, em certa medida, o investimento científico (AGUIAR; MATTOS, 2018).

s4. A ATUAÇÃO CHINESA NA ANTÁRTICA

A China Antiga tinha uma política externa que focava nas regiões próximas ao território Chinês, com isso, não há um entendimento por parte dos estudiosos sobre um conhecimento por parte da China sobre o continente antártico. Durante a dinastia Ming houve um esforço maior para um conhecimento dos territórios distantes da China via uma navegação pelo Oceano Índico e Pacífico, contudo não há nenhum registro de uma viagem para o sul, próximo à Antártica (KEYUAN, 2009).

O Ano Geofísico Internacional (IGY), um evento essencial para a formação do tratado da Antártica, ocorreu entre 1957 e 1958. Em 1995, enquanto o evento ainda estava sendo organizado, a China já tinha demonstrado interesse em participar sob a condição de que a participação de Taiwan fosse negada. Esse pedido não foi concedido e, por isso, a China não compareceu. Com a Revolução Cultural, que ocorreu entre 1966 e 1967 na China, a representação chinesa internacional era praticamente inexistente e o interesse em investir na Antártica também deixou de ser algo discutido. Somente no final dos anos 1970 houve uma mudança de posicionamento devido a uma reforma política e econômica. A partir desse momento, começou a haver um maior interesse nesse continente (KEYUAN, 2009).

A adesão por parte da China no Tratado da Antártica somente ocorreu em 1983, contudo, isso não significa que a atuação chinesa nesse continente iniciou somente após essa data. O motivo disso é que a China, por meio de parcerias com outras expedições de pesquisa na Antártica, começou a enviar seus pesquisadores para acompanhar as atividades nesse continente. Isso ocorreu via colaboração com a Austrália (1978 e 1979) para um estudo de glaciologia – um estudo sobre as formações de glaciares – e com a Nova Zelândia (1980). Essa parceria específica entre a China e a Austrália ao longo dos anos se tornou em uma cooperação que se fortaleceu e, em específico, o acompanhamento das expedições australianas ocorreram até 1989. Essas experiências foram essenciais para a continuação da atuação por parte na China após a adesão do tratado via o estabelecimento do seu próprio programa Antártico (KEYUAN, 2009; CHEN; ALLISON, 2016).

Além dessas atuações, em 1980 e em 1982, a China enviou cientistas para participar do Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR), uma organização que possui a função de coordenar as pesquisas científicas internacionais no território. Além de desempenhar esse papel, o SCAR auxilia via orientação em reuniões de outras organizações acerca de diversos temas e via isso conseguiu influenciar alguns

instrumentos do Tratado da Antártida (KEYUAN, 2009; SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH, 2021). Enquanto isso, em 1981, foi estabelecido o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica da China que tinha como função coordenar as operações chinesas, além de ter um papel fundamental sobre a logística necessária para a realização das pesquisas (KEYUAN, 2009).

Dessa maneira, em conformidade com o crescente interesse chinês quanto à participação de pesquisa no Antártico, em 1983 o Comitê Permanente do Congresso Nacional Popular aprovou a adesão da China ao Tratado da Antártida. Apenas com dois anos de adesão foram admitidos na Parte Consultiva do Tratado da Antártica (ATCP), recebendo maiores benefícios de participação em votações, poder de veto e, sobretudo, grande poder de decisão nos assuntos antárticos no âmbito do TA. A partir desse momento, o país passou a aumentar cada vez mais seus investimentos e a participar ativamente em todas as reuniões consultivas do tratado (ATCMs), sendo elas de conteúdo especial ou regular (KEYUAN, 2009).

A posição oficial assumida pela China ao aderir ao Tratado era assumidamente em apoio à organização cooperativa e utilização do território para fins pacíficos. De acordo com o posicionamento oficial emitido, a adesão ao Tratado tinha como propósito:

[...] visando uma melhor exploração, uma melhor compreensão e, eventualmente, conhecimento da Antártida, e ao mesmo tempo promover a cooperação amigável entre os Estados em nosso esforço comum para promover a pesquisa científica Antártica. O Governo chinês espera, enquanto trabalha em conjunto com outros Estados, fazer a sua própria contribuição para salvaguardar os objetivos e princípios do Tratado sobre a Antártida e ajudar a Antártida a servir melhor a paz mundial, o progresso científico e interesses comuns da humanidade (JIAHUA, 1985 *apud* Keyuan, 2009, p. 241 tradução nossa).¹⁵

O posicionamento chinês em apoio aos termos do Tratado Antártico e sua posição ativa nas reuniões consultivas demonstravam, desde o início de sua adesão, sua disponibilidade em se manter atuante. No seu primeiro ano de assinatura já estabeleceu sua primeira

15. aimed at further exploring, better understanding and, eventually, knowing Antarctica, and at the same time at promoting friendly cooperation among States in our common endeavor to foster Antarctic scientific research. The Chinese Government hopes, while working together with other States, to make its own contribution to safeguarding the purposes and principles of the Antarctic Treaty and to helping Antarctica better serve world peace, scientific progress and the common interests of mankind.

expedição, a CHINARE I. A primeira ação chinesa como signatária estabeleceu a Estação Chang Cheng (conhecida como “a Grande Muralha”), em 1985. Sua primeira ação exemplifica a rápida aquisição ao ATCP, iniciando uma jornada de influência decisória no território antártico (KEYUAN, 2009).

A atividade chinesa no antártico foi beneficiada por meio de uma importante ação inicial do uso da cooperação internacional para o melhor conhecimento e utilização do território. Por meio da cooperação técnica, os cientistas chineses receberam treinamentos oferecidos pelo Japão, assim como houve uma troca de conhecimentos entre os pesquisadores estadunidenses e neozelandeses. Ainda, por meio de uma cooperação com a Argentina, receberam auxílio para escolherem o primeiro local para o estabelecimento da estação chinesa de pesquisa. Essa cooperação entre os países membros dos tratados é de extrema relevância, uma vez que mantém o objetivo chinês de reafirmar o uso do território de servir para fins pacíficos de pesquisa (KEYUAN, 2009).

Como parte integrante do ATCP, parte consultiva do Tratado que se restringe apenas a alguns países mais ativos no território, a China recebe um importante poder de vetor internamente, uma vez que essa formação é regida por consenso entre todos os membros. Desde sua inserção foi percebido que a posição chinesa frente às votações da parte consultiva seguiu uma linha de votar de acordo com a maioria. É válido ressaltar que essa ação pode ser vista como uma concepção dos participantes chineses em não terem, em um primeiro momento, experiência suficiente nessa temática frente aos demais membros do ATCP, portanto, com o passar dos anos ela foi adquirindo mais experiência e familiaridade com os termos do tratado para uma participação mais ativa (KEYUAN, 2009).

É válido ressaltar que com o passar do tempo, como parte do ATCP, a China levantou uma importante bandeira ao defender a participação mais ativa de países em desenvolvimento que não têm investimentos suficientes no território antártico para se tornar membros da parte consultiva. Dessa forma, vê como uma estratégia necessária a inserção de demais países para que o ATCP possa se tornar mais internacionalizado e com a participação de outras experiências. Esse posicionamento foi importante para a manutenção do tratado para fins pacíficos (KEYUAN, 2009).

O movimento chinês surtiu efeitos positivos e entre os anos de 1983 até 1990, doze países foram inseridos como membros do ATCP,

incluindo países em desenvolvimento. Com o passar dos anos, o ATCP foi se tornando mais maleável para a inserção de novos membros, de modo que as decisões tomadas possam receber a participação de cada vez mais países. A influência chinesa em levantar essa bandeira foi de extrema importância e teve impacto em 1988 com a Convenção sobre a Regulamentação das Atividades de Recursos Minerais da Antártica (CRAMRA), o primeiro acordo legal que reconhece o papel dos países em desenvolvimento no Tratado da Antártica. O desenvolvimento da convenção durou seis anos e contou com a participação de países em desenvolvimento, além do apoio chinês, como o Brasil, a Índia e o Uruguai. Esse caso demonstra o início da mudança de atuação da China, em que ela começa a deixar de ser um ator passivo nas decisões e começa a adquirir um papel de influência nesse meio (KEYUAN, 2009).

Terminada a segunda fase da atuação chinesa no território antártico, em que se buscou primordialmente o estabelecimento de estações de pesquisa, a terceira fase se baseia no investimento em aprofundar a realização das investigações pelos cientistas chineses. Após a instalação das duas estações de pesquisa chinesa, a China busca uma estratégia nesse território para que seja estabelecida relações de longo prazo e se mantenha permanentemente em busca de seus interesses (KEYUAN, 2009).

Na terceira fase de atuação chinesa, ocorre a manutenção de suas políticas de seguimento ao tratado e a busca pela internacionalização do território como uma forma de aumentar a sua influência por outros atores. Ainda, reconhece que a política externa chinesa utiliza do contexto antártico para aplicar os seus princípios de coexistência pacífica desenvolvidos internamente. Esses princípios buscam o mútuo respeito à soberania estatal, assim como a não interferência entre Estados. Portanto, essa última fase é marcada pelo aumento da influência chinesa na sua atuação no TA, uma consequência da aquisição de conhecimento sobre a Antártica devido ao contínuo investimento pelo governo no campo científico (KEYUAN, 2009).

No aspecto econômico, algumas investidas chinesas demonstram o seu interesse em explorar os recursos antárticos com o objetivo de obter ganhos. Realizaram nos anos 1990 um investimento de cerca de 60 milhões de dólares para se tornarem o quinto maior investidor local, o que os permite ter acesso à mineração do fundo marinho de acordo com o tratado. Era esperado a possibilidade de exploração de recursos de metais no fundo do mar, como cobre, níquel, cobalto e

manganês. Ainda, investiu-se no âmbito da pescaria para poder receber retornos de seus investimentos (KEYUAN, 2009).

É válido ressaltar a relevância do papel científico chinês. Os investimentos para a área de pesquisa se tornaram cada vez mais relevantes desde o estabelecimento de estações, aumentando sua influência no poder decisório das políticas antárticas, dadas a dimensão do seu campo científico. Esperava-se estabelecer uma nova estação de pesquisa nos anos 2000 e garantir um avanço nas investigações científicas no campo (KEYUAN, 2009).

Apesar das grandes investidas para a exploração de recursos antárticos, o governo chinês procura enfatizar a importância para proteção ambiental do território, de forma que se utilize do local da forma mais sustentável possível. A atuação chinesa foi criticada por certa negligência com os recursos naturais antárticos e, a partir disso, os pesquisadores chineses buscaram se manter presentes nas discussões de preservação ambiental do território. Envolvidos na área contra argumentaram que as negligências iniciais eram devidas à falta de conhecimento local e inexperiência na exploração científica. Na busca de demonstrar sua preocupação local, os anos de 1990 a 1992 foram declarados pelo poder chinês como os anos de cuidados ambientais antárticos. Dessa forma, se tornaram signatários de importantes acordos que buscavam enfatizar a importância do território antártico em se manter um local pacífico de cooperação e pesquisa (KEYUAN, 2009).

A partir de 2005, é reconhecido que se inicia a quarta fase da atuação chinesa, pois a China começa a ter um papel de liderança quando o tema é a Antártica. 18 de janeiro de 2005 foi um dia de extrema importância para essa mudança, pois exploradores chineses exploraram o último território antártico que não tinha sido descoberto ainda. Isso ocorreu depois de diversas tentativas chinesas e conforme a tradição, a China nomeou diversos pontos desse local com nomes ligados a sua cultura e a sua história. Além disso, nesse mesmo ano o vice-presidente eleito do SCAR era chinês (BRADY, 2010).

As mudanças em relação à atuação da China na Antártica não foi algo que ocorreu por acaso, em diversos fóruns e publicações, líderes chineses desse tema demonstraram o interesse de ampliar o papel que a China tinha. Um fator que demonstra isso é o aumento de investimento realizado pelo governo chinês durante os anos. Entre 1983 e 2003 foi investido em torno de 110 milhões de dólares em pesquisa científica, enquanto entre 2005 e 2008 o valor foi de 60 milhões para

atualizar as bases antárticas existentes. O valor gasto em 2010 para todas as atividades relacionadas a esse continente foi de 44 milhões de dólares, percebe-se que ao longo do tempo houve uma intensificação de investimento por parte da China para conseguir se qualificar e se fortalecer (BRADY, 2010).

Durante as primeiras três fases da atuação chinesa, a China não se posicionava em relação ao *status quo* na Antártica e sobre os recursos naturais presentes nesse continente, contudo, isso mudou a partir da quarta fase, pois há uma insatisfação por parte dos tomadores de decisão e dos acadêmicos desse tema. O motivo disso é que há um desequilíbrio de poder quando se trata do Tratado da Antártica e a China não se vê em uma situação favorável, isso, contudo, não significa que a China vem tomando alguma ação para mudar esse cenário (BRADY, 2010).

Uma outra crítica que se faz por parte da China em relação ao Tratado da Antártica se refere à distribuição de recursos. Esse é um tema que a China possui muito interesse e é compreendido por muitos que a exploração do território da Antártica é algo que vai ocorrer e que a China precisa se preparar para isso. Nos anos 1990, a China não tinha recursos financeiros para explorar os recursos naturais na Antártica, então o fato de que isso era proibido era benéfico para eles. Hoje, contudo, o governo chinês vem aumentando o investimento em pesquisa para que, caso haja uma oportunidade de exploração, a China esteja pronta. O aumento da atuação chinesa na Antártica irá gerar tensão com outras nações devido a mudança do *status quo* (BRADY, 2010).

O aumento da atuação chinesa no continente antártico está alinhado com a crescente atividade desse país em diversos outros continentes. Isso é uma consequência da mudança da política externa chinesa, em que a China deixa de se posicionar de modo defensivo e se estabelece de modo mais proativo em diversos locais. Essa mudança, em específico na Antártica, não significa que a China vai se posicionar mais agressivamente, pois é necessário que haja uma cooperação com os demais Estados presentes nesse continente (BRADY, 2010).

Mesmo com todo o investimento na quarta fase, a China ainda tem muito de avançar em relação à capacidade de pesquisa. Naquele momento, era importante que se fizessem presentes no continente para demonstrar a sua força política e não para impactar a discussão científica que existia naquele momento ao redor da Antártica. Hoje isso mudou, contudo, os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a

Austrália e o Japão são mais avançados que a China. Mesmo com essa realidade é importante citar que a temática da Antártica é fortemente promovida no território chinês e é usada como promoção política. Como não há muitos estudos fora da China sobre esse assunto, é difícil contestar isso dentro da China (BRADY, 2010).

5. O PROGRAMA CIENTÍFICO ANTÁRTICO CHINÊS COMO MECANISMO DE PROJEÇÃO DE PODER

A partir da assinatura do Tratado da Antártica em 1983, a China construiu um sistema único a fim de administrar, supervisionar e gerenciar as atividades no continente antártico. As expedições de pesquisa, bem como atividades de cooperação científica e demais movimentações são coordenadas por dois órgãos principais, que fazem parte do Ministério de Recursos Naturais (MNR) - a Administração Ártica e Antártica Chinesa (CAA) e o Instituto de Pesquisa Polar da China (PRIC). A CAA tem como principal responsabilidade organizar as expedições chinesas, elaborar leis, regulamentos, padrões e diretrizes para as atividades na Antártica de maneira coordenada com as organizações e regulamentações internacionais (WANG, 2019). Já o PRIC, assume a responsabilidade de

realizar pesquisas em ciência, tecnologia e questões estratégicas nas regiões polares, realizar monitoramento e conservação ambiental nas regiões polares, operar estações de pesquisa, embarcações e aeronaves, e fornecer apoio logístico para expedições de pesquisa Ártico/Antártica, e realizar programas de educação em ciência polar e promover a cooperação internacional (WANG, 2019, sp, tradução nossa).¹⁶

O PRIC foi fundado em 1989, próximo à primeira expedição chinesa que ocorreu em 1985. O instituto funciona como um centro de pesquisa que realiza estudos abrangentes da região polar e disponibiliza para a pesquisa nacional chinesa uma infraestrutura importante, a exemplo do quebra-gelo *Xuelong* e estações de pesquisa. O órgão é também responsável pelo Laboratório Chave de Ciência Polar da Administração Oceânica do Estado, cuja pesquisa se concentra em glaciologia, oceanografia, ciência biológica polar e atmosfera polar supe-

16. conduct research on science, technology and strategic issues in the Polar Regions, undertake environmental monitoring and conservation in the Polar Regions, operate research stations, vessels and aircrafts, and provide logistic supports to Arctic/Antarctic research expeditions, and carry out education programmes on polar science and promote international cooperation (WANG, 2019, sp).

rior. A partir das pesquisas realizadas, o PRIC contém toda a base de dados de ciência polar chinesa - redes de informação, arquivos polares nacionais da China, biblioteca polar - que serve para a condução de serviços públicos do país (WANG, 2019).

O mais recente e finalizado programa científico da China, denominado Programa de Avaliação e Investigação Abrangente do Ambiente Polar Chinês, que ocorreu entre os anos de 2015 e 2020, foi organizado em três partes principais - a Pesquisa do Meio Ambiente Marinho da Antártica, a Pesquisa do Ambiente Antártico Terrestre e a Avaliação Abrangente do Meio Ambiente Antártico. Sua execução consiste em uma série de pesquisas, avaliações e expedições envolvendo diversas disciplinas, inclusive a observação de rotinas nas próprias estações de pesquisa chinesas (WANG, 2019).

A China possui hoje quatro estações no continente - a primeira e mais antiga, fundada em 1985, é chamada *Grande Muralha* e se localiza na Ilha Rei George, onde também se encontra a Estação brasileira Comandante Ferraz, com capacidade máxima para 80 pessoas. A segunda estação, *Zhougshan* fundada em 1989, é localizada em Larsman Hills e possui capacidade máxima para 60 pessoas. A terceira, chamada *Kunlun*, foi fundada em 2009 e funciona somente durante verão, por se localizar a 4.087 metros de altitude e ser a estação mais elevada da Antártica - a estação tem capacidade máxima para 24 pessoas. Por fim, a quarta estação, *Taishan*, foi fundada em 2014 com o propósito de servir de ponto de apoio à estação Kunlun, por conta do difícil acesso (AGUIAR; MATTOS, 2018).

Após o estabelecimento da Estação Grande Muralha, a China obteve o status de parte consultiva do Tratado da Antártica e, desde então, o país vem fortalecendo sua base científica. O PRIC estabeleceu uma série de laboratórios de pesquisa, como o Laboratório de Física Ionosférica, o Laboratório de Física Auroral e Magnetosférica, Laboratório Analítico de Microrganismo e Biologia Molecular e o Laboratório Analítico de Bioquímica. A fim de fortalecer a cooperação internacional no âmbito de pesquisa, o governo chinês incentiva que participantes internacionais colaborem com o Programa, por meio de institutos e universidades chinesas (WANG, 2019).

Acompanhado do crescimento econômico do país, o Programa Antártico apresentou um grande aumento em seu orçamento durante a primeira década do século XXI. Chegando a US \$44 milhões em 2010, o orçamento chinês em pesquisa e infraestrutura correspondia ao quinto maior investimento entre os programas antárticos, perdendo

apenas para EUA, Austrália, Reino Unido e Rússia. Nos quatro anos seguintes, tornou-se o maior orçamento na Antártica e também o segundo país com maior número de cidadãos no continente (entre cientistas, turistas e pescadores) (AGUIAR; MATTOS, 2018; WANG, 2019).

É perceptível, portanto, que a China, ao assinar o Tratado Antártico, possuía uma postura bastante clara em termos políticos e econômicos em relação ao território. Em um primeiro momento, ao prezar-se pelo fortalecimento dos mecanismos de cooperação internacional, é percebido uma busca por valores reputacionais por parte do governo chinês ao aderir ao Tratado em 1983. Nesse sentido, é possível identificar a possibilidade de construção de influência e de convencimento por meios pacíficos nesta ação. Portanto, a utilização de recursos de *soft power* ao inserir-se em um regime multilateral e procurar fortalecê-lo. Assim como ressaltado por Nye (2004), mais do que um impacto de influência internacional, essas ações atuam de forma atrativa para outras nações agirem de forma cooperativa.

A partir desse momento, foram realizados grandes investimentos que buscaram fortalecer a atuação científica e econômica chinesa na Antártica. Ao estabelecer seu programa científico e formular de maneira mais concreta sua política externa para o continente, o desenvolvimento científico assume um papel de grande protagonismo. Portanto, a China passa a não somente adquirir valores reputacionais, adquirido com a inserção ao regime multilateral, ela passa a estabelecer um novo mecanismo de poder, o desenvolvimento científico.

Seria estranho, de fato, avaliar que as maiores potências mundiais estão presentes e desenvolvem atividades de pesquisa diária no continente e o governo chinês, com toda sua busca de ascensão no sistema internacional, não estivesse entre aqueles que compõem esse grupo de Estados. Além disso, avalia-se que somente ao realizar suas expedições de pesquisa e iniciar realmente a despendar esforços econômicos e políticos sobre o continente é que o país se tornou um membro consultivo do Tratado da Antártica. Foi necessário, de fato, assumir essa postura para obter relevância de poder científico no sistema internacional e compor as Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica.

Todo investimento econômico e científico despendido por algum governo, costuma sempre ser realizado com o objetivo de alcançar algum resultado. No caso chinês sobre a Antártica, então, pode-se fazer uma análise clara da construção de mecanismos que possibilitam a projeção de poder. Entretanto, não nos termos tradicionais das Relações Internacionais, mas sim de *smart power*.

É nesse cenário que é possível avaliar a importância da ciência como um instrumento de *smart power*. Esses investimentos, uma vez realizados, possibilitaram à China uma visibilidade e status de legitimidade para a participação em diversas discussões, tais quais aquelas que contemplam a mineração e a exploração de recursos naturais na Antártica. Essas questões estão diretamente relacionadas à possibilidade de ganhos econômicos e de governança ambiental. Portanto, aqueles Estados que não compõem as RCTAs estão propensos a serem deixados de fora de assuntos de grande influência para a política internacional. Para participar das RCTAs é necessário ter concepção de como a ciência é um importante mecanismo para o exercício do *smart power*.

Uma questão importante a ser destacada sobre o poder adquirido por meio de investimento científico é o fato de se apresentar como uma nova distribuição de poder. A produção de pesquisas na Antártica determina uma estrutura de poder que não pode ser quantificada, dessa maneira, o reconhecimento passa a ser subjetivo. Portanto, para estabelecer uma autoridade em termos de conhecimento é necessário que esse se prove pela importância que realmente esse atributo carrega com si (STRANGE, 1994). Ao estabelecer um grande número de bases de pesquisa, assim como uma população de cientistas ativos no território, a China busca apresentar um indicativo de seu poder científico a nível estrutural de importância e legitimidade no território. Por sua natureza subjetiva, utilizar de atributos quantitativos de estabelecimento local auxilia na propagação do convencimento de maior conhecimento científico.

Derivado da procura por estabelecer grande poder científico, é válido ressaltar que em 2041 o Tratado da Antártica terá seu vencimento, e será necessária uma nova conferência para decidir qual será o futuro do continente e de seu regime, o que se configura como um grande marco no sistema internacional. Nesse cenário, quais países seriam avaliados como aqueles legítimos de participarem dessa convenção e de terem poderes decisórios? Esta não é uma pergunta fácil de se responder. Mas, evidencia-se que muito provavelmente, será necessário, no mínimo, ter influência, legitimidade e poder suficiente para que os outros Estados o vejam como um ator que possui reputação para tal. E, como é possível avaliar no decorrer do presente artigo, a China tem despendido grandes esforços para o estabelecimento de poder.

Outro ponto importante a se levantar, é a disputa entre os Estados Unidos e a China como potência mundial. Ela muitas vezes extrapola fatores de poder econômico e militar; e se engloba, tam-

bém, no campo científico. Na política antártica isso não é diferente. Evidencia-se que desde a concepção do TA, já havia certa rivalidade, já que os EUA se mostravam completamente contrários à interação de países comunistas com o continente e dessa forma, com o seu poder de influência, conseguiu que apenas a União Soviética tivesse algum tipo de ligação com a Antártica. A China, portanto, assumiu um papel de reclusão naquele momento, mesmo sem ameaças de qualquer conflito físico. Portanto, ela desistiu de seu objetivo apenas por intervenção do poder científico que o governo estadunidense já possuía na época. Entretanto, denota-se que desde que ela se tornou um membro consultivo do tratado ela busca alterar essa realidade: com seus investimentos econômicos e políticos cada vez mais intenso sobre o Polo Sul, pode-se verificar um certo interesse em virar o jogo e ultrapassar os EUA, que já há muito tempo se mantém com certa liderança internacional tácita sobre o território em termos de poder. E para isso, como já discutido aqui, o conhecimento científico e a promoção do multilateralismo são essenciais.

A partir do aqui discorrido evidencia-se toda a história da China para a Antártica e de que maneira esse percurso se articula com questões de poder nas relações internacionais. A ciência está diretamente relacionada com o estabelecimento de uma nova distribuição de poder mundial; e, assim, o investimento do país asiático no continente pode ser avaliado para além do conhecimento como seu último fim. Ele está relacionado a fatores políticos e econômicos de maneira muito íntima.

4 CONCLUSÃO

Por meio do presente artigo foi possível entender um pouco melhor a história da relação entre a Antártica e a China. Mesmo que tardia em comparação aos outros países, ela teve uma contribuição e importância muito grande para o desenvolvimento científico. Mas avalia-se que um legado deixado pelo país tão importante quanto o da pesquisa foi o político. No decorrer dos anos, o governo chinês teve uma grande influência sobre o regime do continente. Destaca-se pontos de grande importância, como a motivação chinesa em internacionalizar e consolidar ainda mais o Tratado da Antártica, a busca pela democratização do acesso às expedições para os países subdesenvolvidos e o marco dela ser um dos primeiros Estados asiáticos a estabelecer bases científicas no Polo Sul.

Além disso, denota-se também a forma como o crescimento chinês e a consolidação de uma política externa mais multilateral do país acompanhou o crescimento de seus investimentos na Antártica. Esses dois enquadramentos estiveram associados durante toda a história, de modo a se co-constituírem. Destaca-se ainda a forma como durante todo esse período o cenário interno do Estado chinês sempre influenciou e definiu os próximos passos dos países para projeções internacionais, não sendo diferente no caso do Polo Sul.

Por fim, evidencia-se como na atualidade a China se tornou um dos maiores investidores do mundo na ciência Antártica, estando entre um dos Estados que mais despende esforços econômicos e políticos nesse âmbito. Um fator muito significativo contribui para que isso seja feito: a obtenção de *smart power*. Como visto, essa postura chinesa permite a obtenção de ganhos reputacionais e de poder científico muito significativos, o que pode configurar uma considerável vantagem em termos de negociação internacional, de economia, ou até mesmo na disputa com os Estados Unidos pelo o título de potência mundial. Avalia-se em sua postura a fusão de mecanismos de persuasão e coerção para a construção da sua política externa. Portanto, o investimento científico tem muitos fins além da obtenção de conhecimento. Ele está diretamente ligado à política internacional e à disputa de poder.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mônica Heinzelmann Portella de; MATTOS, Leonardo Faria de. A importância estratégica da Antártica para a China e Índia a luz do realismo ofensivo de Mearsheimer. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 214-234, jun. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/82765/49731#:~:text=A%20China%2C%20assim%20como%20a,Ant%C3%A1rtica%20em%20junho%20de%201983>>. Acesso em: 02 maio 2021.

ANDRADE, Israel et al. **O Brasil na Antártica**: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro. Brasília: IPEA, 2018. ANTARCTIC TREATY. **Antarctic Treaty**. Washington, 1959. Disponível em: <https://documents.ats.aq/keydocs/vol_1/vol1_2_AT_Antarctic_Treaty_e.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRADY, Anne-Marie. China's Rise in Antarctica? **Asian Survey**, Berkeley, v. 50, n. 4, p. 759-785, jul./ago. 2010.

CHEN, Zhao; ALLISON, Ian. Some aspects of Chinese - Australian cooperation in Antarctic Research over the past forty years. **Advances in Polar Science**, Shanghai,

v. 27, n. 2, p. 126-137, jun. 2016. Disponível em: <http://www.aps-polar.org/paper/2016/27/02/A170214000003/full>. Acesso: 28 abr. 2021.

KEYUAN, Zou. China's Antarctic Policy and the Antarctic Treaty System. **Ocean Development & International Law**, Calgary, v. 24, n. 3, p. 237-255, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00908329309546008>. Acesso em: 20 maio 2021.

NYE JR., Joseph S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. Nova York: Public Affairs, 2004.

SAMPAIO, Daniela. **The Antarctic exception**: sovereignty and the Antarctic Treaty governance. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde21062017163536/es.php>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

STRANGE, Susan. **States and Market**. New York, 2ªed Continuum International Publishing Group.1994

WANG, Sen. **China's Antarctic Program and the Antarctic Treaty System**. Italian Institute for International Political Studies. 2019. Disponível em < <https://www.ispionline.it/en/publicazione/chinas-antarctic-program-and-antarctic-treaty-system-23526> > Acesso em 01 maio 2021.

WHAT is SCAR?. **Scientific Committee on Antarctic Research**, Cambridge, 2021. Disponível em: <https://www.scar.org/about-us/scar-overview/>. Acesso: 28 abr. 2021.

WILSON, Ernest J. **Hard Power, Soft Power, Smart Power**, Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 616, Public Diplomacy in a Changing World (Mar., 2008), pp. 110-124. Acesso em 10 set. 2022.